
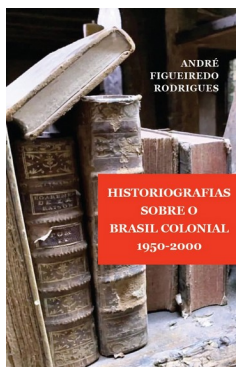


Interpretações de historiografias sobre o Brasil colonial

Laura Morales Borges

Mestranda em História – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo
Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0002-9044-5080>
E-mail: laura.morales@unesp.br



Resenha de:

RODRIGUES, André Figueiredo. *Historiografias sobre o Brasil colonial: 1950-2000*. São Paulo: FFLCH-USP, 2022. 128 p. ISBN: 978-85-7506-399-6.

Texto recebido em: 27/01/2023

Texto aprovado em: 19/04/2023

568

Análises historiográficas sobre a historiografia produzida no Brasil desnudam diversas correntes de pensamento sobre diferentes aspectos da sociedade brasileira, envolvendo questões sobre economia, cultura, formação do povo brasileiro, escravidão e modos de vida. Entretanto, não existe dentro deste vasto repertório, estudo detido sobre nossa historiografia colonial. E o livro *Historiografias sobre o Brasil colonial: 1950-2000*, de André Figueiredo Rodrigues, professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras, câmpus de Assis, e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), lançou-se a este desafio.

A obra, publicada em 2022, divide-se em seis capítulos, que buscam recuperar as diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e as várias interpretações que constituíram os estudos da história da colonização e das inúmeras vertentes de pensamento que formaram a historiografia brasileira de 1950, com recuos sutis até princípios do século XX, aos anos 2000. E neste recorte

recupera-se o posicionamento crítico de historiadores e pensadores sociais que desenvolveram estudos de releitura de nosso passado.

Aliás, o trabalho de reconstituir os mais significativos estudos de nossa historiografia colonial provém da necessidade de compreendermos a história colonial como chave para questionamentos e debates de nossa atualidade, assim como nos possibilita conhecer o Brasil sob diferentes maneiras de pensar, provocando novas indagações e questões sobre o passado brasileiro, a fim de proporcionar-nos a assimilação e a consciência de nosso presente.

No primeiro capítulo “As interpretações marxistas” discute-se, com base no pensamento marxista, questões como a estrutura agrária e suas permanências no Brasil contemporâneo através de discussões sobre o “latifúndio, poder privado do latifúndio e relações de trabalho típicas no campo”. Nesta temática, totalmente atual, dois autores iniciam o debate ali iniciado: Alberto Passos Guimarães, com *Quatro séculos de latifúndio*, de 1963, e Nelson Werneck Sodré, com *Introdução à revolução brasileira*, de 1958, *A ideologia do colonialismo*, de 1961, *Formação histórica do Brasil*, de 1962, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, de 1962, e *História da burguesia brasileira*, de 1964. Guiando-se pelo viés da economia, interpretaram o nosso atraso econômico pelo materialismo histórico, pela implantação da indústria e pelas soluções referentes às questões agrária e latifundiária que nos afetavam naquela época (e que ainda perpassam nos problemas sociais).

Ainda no primeiro capítulo, o autor comenta as concepções e preocupações de Caio Prado Júnior com o espaço rural brasileiro - a terra e sua apropriação - correlacionando-o com a estrutura de classes e a intrínseca relação entre fazendeiros (proprietários de terras) e o trabalhador rural, expressando seus “traços coloniais”.

O sociólogo José de Souza Martins também se faz presente no primeiro item, pois ajudou a pensar, pelas interpretações marxistas, perspectivas sobre o “processo de exploração e as formas de dominação e sujeição definidas pelo modo de produção capitalista no campo”. É possível identificar nuances significativas sobre as interpretações da história colonial diante dos pensadores citados e discutidos, abordando teorias e conceitos marxistas e problematizando as discussões sobre a colonização do Brasil e suas diversas consequências.

Em “As interpretações weberianas”, segundo capítulo da obra, são expostas as ideias e os conceitos-chave da obra de Max Weber para explicitar o processo de modernização no Brasil, desde a década de 1950. Os pensadores citados, Raymundo Faoro e Maria Sylvia de Carvalho Franco utilizam a teoria sociológica e a teoria de modernização de Weber para elucidar a relação entre a sociedade rural e exportadora e o processo de industrialização, principal preocupação das análises realizadas por eles.

Raymundo Faoro publicou em 1958 a obra *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* analisando, a partir de estamentos burocráticos, a permanência de uma estrutura político-social, “o capitalismo politicamente orientado”. Faoro discute a sociedade portuguesa e aponta consequências diretas para a formação política do Brasil. Além disso, também contribui para percepções dos problemas brasileiros e a ineficácia do Estado em exercer o poder em favor da maioria da população, já que se percebe que mesmo a minoria da população que vota, não compreende todo o sistema político e a máquina governamental, elucidando um desinteresse na participação em assuntos relacionados à política. Ademais, o patrimonialismo ou “capitalismo de Estado” sempre esteve presente na história do Brasil, desde nossa colonização.

Ainda em “Interpretações weberianas”, Maria Sylvia de Carvalho Franco disserta sobre os homens livres pobres inseridos nas relações de dominação durante o século XIX no vale do Paraíba, na obra *Homens livres na ordem escravocrata*. Suas interpretações encontram-se no cerne da população mais pobre rural e urbana, na qual o “enlace entre o favor, o dinheiro e a violência” coopera com a violência cotidiana por parte dos fazendeiros e coronéis se autopromovendo “detentores do poder”. A compreensão de Franco reflete, em grande parte, a atualidade, fazendo importante leitura para o entendimento sociocultural da sociedade brasileira e como ocorreu a formação da mentalidade da população brasileira em vários níveis de classe.

O historiador Celso Furtado é reconhecido como um dos mais importantes autores sobre questões relacionadas à economia do Brasil, tendo publicado em 1959 seu *Formação econômica do Brasil*, um dos livros mais significativos para compreender o desenvolvimento econômico brasileiro. As contribuições do economista inglês John Maynard Keynes foram relevantes para Furtado, pois, através de uma retrospectiva econômica do Brasil, desenvolveu noções

estruturalistas, na qual apresenta a causa para o nosso atraso econômico, uma vez que não seria apenas por questões da teoria econômica os responsáveis pelo nosso atraso, mas também pelas estruturas sociais e políticas.

A noção estruturalista de Celso Furtado é dividida em duas áreas distintas, representando um centro desenvolvido e industrializado e, outro, periférico, subdesenvolvido e agrário, produtor de matérias-primas e alimentos. Dessa maneira, permitiu ao autor averiguar de forma minuciosa a dinâmica interna da sociedade brasileira. As causas do “subdesenvolvimento” do Brasil posto por Furtado descende do “arcaísmo de uma estrutura social, política e econômica” e suas raízes estão presas na desigualdade proveniente desde o período colonial e pelos anos em que fomos escravistas.

O quarto capítulo, “As dinâmicas internas e acumulação de capital”, alude dilemas sobre as relações entre o estado metropolitano e a sociedade colonial, em que nossa colonização se constituiu de forma dicotômica entre ditames da metrópole e os interesses que provinham da própria colônia. Nesta perspectiva destaca-se o pacto colonial e o papel de subordinação a que éramos submetidos, de modo que isso auxiliou na formação da acumulação primitiva de capital. Segunda tal perspectiva, “a metrópole, portanto, para os autores dessa linha interpretativa, não podia permitir que a classe dominante colonial usufruísse das riquezas locais, drenadas para a burguesia mercantil metropolitana”.

Em relação às dinâmicas internas, Mafalda Zemella, por exemplo, foi quem mapeou, pioneiramente, a atividade comercial elucidando as correntes de abastecimento vindas de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro para o fornecimento de gêneros alimentares e artigos diversos para as zonas de mineração instaladas em Minas Gerais. Conforme Sérgio Buarque de Holanda, com o avançar do século XVIII, o “aristocrata rural” foi sendo substituído pelo “magnata do comércio urbano”, que, mesmo antes da chegada da corte portuguesa ao Brasil, já se vislumbravam interesses locais e regionais frente aos ditames do poder imperial português. Nesse capítulo, ainda, são citados diversos autores que vão dialogar sobre o “mercado interno na América portuguesa, da existência de acumulação de capital no interior da colônia e de que as oscilações da economia internacional não influenciaram nas flutuações econômicas aqui vivenciadas”. Este capítulo em especial nos possibilita a reflexão da “existência de certa autonomia econômica da colônia e o enriquecimento de comerciantes brasileiros com o tráfico de

escravizados no Atlântico Sul”, sob perspectivas de autores como Manolo Florentino e Luiz Felipe de Alencastro.

De acordo com o André Figueiredo Rodrigues, a partir das leituras que empreendeu da obra de José Jobson de Andrada Arruda, na segunda metade do setecentos testemunhamos o nascimento “de um novo padrão de colonização”. A metrópole instalava fábricas e a colônia diversificava os gêneros alimentícios proporcionando a integração dos mercados interno e externo. No decorrer do item são elencados diversos autores interessados em discussões sobre a dinâmica do mercado interno e o seu abastecimento colonial e a acumulação de capital. Portanto, André Rodrigues afirma que durante muito tempo se pensou o sistema escravista como uma das causas explicativas para o atraso brasileiro, mas as explicações, ou melhor, as interpretações sobre este atraso podem ser compreendidas quando se passam a estudar as maneiras como o Brasil foi pensado em grandes linhas historiográficas.

No penúltimo capítulo, “A escravidão negra e suas múltiplas interpretações”, aborda todo o espectro de interpretações acerca da escravidão brasileira e a maneira como ela foi pensada por diferentes vertentes de pensamentos. O autor apresenta três grandes correntes relacionadas com a visão que então se partilhava sobre a escravidão e o escravizado. Por exemplo, em *Casa-grande & senzala*, obra maior de Gilberto Freyre se descreve que a escravidão brasileira não teria sido violenta e teria existido um “cativeiro brando” e de característica benevolente. Influenciados por Freyre, estudiosos como o norte-americano Frank Tannenbaum, desenvolveram uma comparação entre a escravidão norte-americana e a brasileira, teorizando que a primeira seria mais desumana por conta da instauração do capitalismo e do protestantismo, enquanto nossa escravidão tinha por base ser pré-capitalista e católica.

Contudo, a segunda corrente de análise expressa a ideia do escravizado como “coisa”, ancorado em um sistema de extrema violência, da dominação senhorial, de movimentos contestatórios e a formação de quilombos. Diante dos trabalhos realizados por Florestan Fernandes como *A integração do negro na sociedade de classe*, de 1965, *O negro no mundo dos brancos*, de 1972, e *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, de 1975, abordam-se discussões sobre as relações sociais entre brancos, mulatos e negros e a intrínseca integração de negros africanos e seus descendentes na sociedade de classes contemporânea brasileira.

Como aponta o autor, Florestan rompeu com a tese de Gilberto Freyre de que aqui existiria uma escravidão benevolente e que a ideia do mito de uma democracia racial não se sustentava, muito em virtude da violência e da crueldade que regiam as relações entre os escravizados e seus senhores. Ainda para Florestan, em virtude dessa violência, entre escravizados e senhores, foi que se constitui um padrão de como as classes dominantes se relacionam com a população empobrecida, estabelecendo ainda vestígios da ordem escravista no universo de trabalho.

A terceira discussão proposta pelo autor refere-se às produções historiográficas produzidas a partir da década de 1980, com enfoque na problemática da escravidão e a da abolição. As análises feitas pelos estudiosos desse momento abrangem a dimensão de aspectos quase imperceptíveis da escravidão antes não explorado, aprofundando questões relativas ao cotidiano do escravismo e a subjetividade do escravizado, considerado agora como agente histórico.

Pioneira nesses estudos Katia de Queirós Mattoso esmiuça que o escravizado, pelo viés cultural, “não fosse encarado como vítima absoluta da escravidão, mas personagem consciente que soube desenvolver estratégias de sobrevivência e negociação no sentido de ampliar espaços de autonomia econômica, social, cultural, ainda sob cativo”.

Diante de tantas dimensões que abordam a vida e visões dos escravizados é possível encontrar no livro um panorama bem detalhado dessas múltiplas interpretações. A descrição e os comentários de diversos autores, tanto brasileiros quanto do exterior, e as suas obras, apresentam um caminho minucioso para aqueles que buscam encontrar as raízes profundas da nossa história colonial, procurando as respostas para as perguntas do presente e a compreensão da formação da sociedade brasileira em diferentes dimensões.

Em seu último capítulo, “A História cultural” é empenhado um esforço em salientar as principais características da historiografia brasileira relacionadas à cultura. De modo que o imaginário no Brasil colonial assume um espaço nos novos trabalhos e como a mentalidade portuguesa e dos trópicos alcançaram patamares superiores de estudos. O maior representante desses estudos é Sérgio Buarque de Holanda, que escreveu *Visão do paraíso*, em 1959, na qual explora as crenças e as lendas que, desde o início da colonização do Brasil, associam-se à ideia de que o Novo Mundo seria de um paraíso terrestre e que estava a dispor dos homens.

Apoiado nas análises de Sérgio Buarque de Holanda, a historiografia do período colonial retoma temáticas como as heranças culturais ibéricas, a vida material, as africanidades, o indianismo, os hibridismos e a religiosidade, por exemplo. Em virtude disso, a temática religiosa foi bastante explorada a partir dos arquivos da Inquisição portuguesa, sob reflexões iniciais de Anita Novinsky. Os aspectos sobre a vida cotidiana no período colonial que antes eram colocados em segundo plano, com o avançar da história cultural entre nós, tornaram-se de grande importância na pesquisa histórica brasileira.

A dimensão religiosa foi estudada detidamente por Luis Weckmann, Emanuel Araújo, Geraldo Pieroni, Júnia Ferreira Furtado, Luiz Carlos Villalta, Ronaldo Vainfas, Luiz Mott e Laura de Mello e Souza. A história das mentalidades ligadas às dimensões religiosas, intimidade e a vida cotidiana no período colonial abrangeu diversos pontos, como, por exemplo, o universo feminino antes delegado à última instância. Mary Del Priore explora de forma primordial o papel de mãe imposto às mulheres, analisando a maternidade e o papel social da mulher.

A história das mentalidades e da cultura promovem a comunicação com diferentes áreas de pesquisa, como a questão demográfica, sendo necessário o conhecimento de autores e obras distintas que trabalham as inúmeras temáticas e interpretações que são percebidas e comentadas por André Figueiredo Rodrigues.

Em suma, o livro *Historiografias sobre o Brasil colonial: 1950-2000* apresenta um compilado substancial sobre a historiografia da história colonial brasileira. Ostenta concepções e argumentos de autores brasileiros e também de pensadores reconhecidos internacionalmente, mas também de pensadores não tão conhecidos, porém com obras relevantes, essenciais para os debates ali expostos com qualidade.

O livro mostra-se como um ponto de partida para explorar e descobrir o universo colonial de forma prática e descomplicada, apresentando autores, múltiplas interpretações.

Laura Morales Borges é Mestranda e Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis, São Paulo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como citar:

BORGES, Laura Morales. Interpretações de historiografias sobre o Brasil colonial. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 1, p. 568-575, jan./jun. 2023. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Resenha de: RODRIGUES, André Figueiredo. *Historiografias sobre o Brasil colonial: 1950-2000*. São Paulo: FFLCH-USP, 2022.